

## CURRÍCULO DO ENSINO PRIMÁRIO GOIANO (1930)

Ana Maria Gonçalves  
UFG/CAC - NEPEDUCA  
Aparecida Maria Almeida Barros  
UFG/CAC - NEPEDUCA  
Selma Martines Peres  
UFG/CAC - NEPEDUCA  
Comunicação  
Estado e políticas educacionais

Nesse trabalho analisamos os pressupostos que nortearam a organização curricular na década de 1930. O objetivo é reconstituir o processo de renovação dos programas da escola primária goiana. Para este estudo utilizamos como fonte o *Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goiaz de 1930*, em especial, as normatizações referentes a métodos e o programa escolar. Argumentamos que essa reforma estrutura uma nova racionalidade, do ponto de vista dos conteúdos, programas, definição e uso do tempo e dos comportamentos a serem adotados. Por fim, salientamos que essas mudanças constituíram-se em parte do novo projeto político social civilizador, direcionando para a modernização do estado.

Palavras-chave : ensino primário; currículo; História da Educação.

### **Introdução**

Nesse trabalho analisamos os pressupostos que nortearam a organização curricular efetuada no estado de Goiás na década de 1930. O objetivo é reconstituir o processo de renovação dos programas da escola primária.

Convém mencionar que a partir de 1835 teve início em Goiás a criação de um aparato legal institucionalizando a instrução primária. A característica principal desses documentos era a prescrição detalhada dos aspectos referentes à transmissão dos saberes escolares, estabelecimento de regras, incluindo a conduta dos sujeitos da educação, bem como a definição das finalidades do ensino e o emprego do tempo, através da fixação de quadros de horários e número de lições.

Considerando que os saberes e as formas típicas de atividades do mundo escolar produzem *habitus* que influenciam o conjunto das práticas culturais (FORQUIN, 1992) é possível afirmar que o propósito era a instituição de ritmos e rotinas para todos os sujeitos da educação. Desse modo, se colocava mais do que uma ordem nos saberes e funcionamento da escola, o que estava em jogo era a produção de modos de percepção de si e dos outros, formas de agir, sentir e ver o mundo.

Em nosso estudo analisamos os pressupostos norteadores do *Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goiaz de 1930*, tendo em vista verificar possíveis implicações para as práticas pedagógicas. No entanto, ao examinarmos estes pressupostos, temos claro que as prescrições presentes no documento não encerram em si mesmas os sentidos, estando, portanto, abertas às interpretações múltiplas dos sujeitos da educação no contexto em que circularam.

### **A estrutura do Documento**

O conteúdo da reforma proposto no *Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goiaz de 1930*, do Decreto nº 10.640, de 13 de fevereiro de 1930, se distribuía por quatrocentos artigos na seguinte estrutura:

Parte I – Do ensino em geral

Título I – Dos diferentes graus de ensino

Título II – Da distribuição do Ensino

Capítulo I – Jardim da infância

Capítulo II – Das escolas primárias

Capítulo III – Do ensino complementar

Parte II – Da direção geral do ensino

Capítulo I – Da direção superior do ensino

Capítulo II – Do Presidente do Estado

Capítulo III – Do Secretário do Interior e Justiça

Capítulo IV - Do conselho superior do ensino

Capítulo V – Das inspetorias regionais

Capítulo VI – Dos inspetores municipais e distritais

Parte III – Do ensino primário em geral

Título I – Da orientação do ensino primário

Capítulo I – Dos fins do ensino primário

Capítulo II – Da obrigatoriedade e da gratuidade escolar

Capítulo III – Do censo e da estatística escolar

Título II – Das escolas isoladas

Capítulo I – Da criação e instalação das escolas

Capítulo II – Do provimento das escolas isoladas

Capítulo III – Do programa das escolas isoladas

Título III – Dos grupos escolares

Capítulo I – Da organização, instalação e classificação dos grupos escolares

Capítulo II – Do provimento dos grupos escolares

Capítulo III – Dos deveres dos diretores de grupo

Capítulo IV – Do programa dos grupos escolares

Capítulo V – Da educação física

Título IV – Do regime escolar

Capítulo I – Da matrícula e da freqüência

Capítulo II – Da transferência de alunos do cancelamento de matrícula

Capítulo III – Do ano letivo

Capítulo IV – Do funcionamento das classes em turmas

Capítulo V – Da ordem dos trabalhos escolares

Capítulo VI – Das promoções e dos exames

Capítulo VII – Das festas e comemorações

Capítulo VIII – Do tempo de funcionamento das aulas

Título V – Das instalações escolares

Capítulo I – Dos prédios

Capítulo II – Do mobiliário e material

Capítulo III – Do material de escrituração

Capítulo IV – Das dependências e acessórios

Título VI – Dos funcionários do ensino

Capítulo I – Do compromisso, posse e exercício

Capítulo II – Das substituições e interinidade

Capítulo III – Da remoção e da exoneração

Capítulo IV – Dos deveres do professores

Capítulo V – Das proibições  
Capítulo VI – Dos direitos  
Capítulo VII – Dos vencimentos  
Capítulo VIII – Das licenças  
Capítulo IX – Das faltas  
Capítulo X – Do registro de notas  
Capítulo XI – Dos prêmios  
Capítulo XII – Da disponibilidade  
Capítulo XIII – Da verificação da incapacidade física e técnica dos funcionários do ensino  
Capítulo XIV – Da aposentadoria  
Título VII – Dos alunos  
Capítulo I – Da disciplina na escola  
Capítulo II – Da disciplina fora da escola  
Capítulo III – Da caderneta escolar  
Título VIII – Dos cuidados relativos à saúde  
Capítulo I – Da higiene escolar e assistência medica e dentária  
Capítulo II – Da inspeção médica dos alunos  
Capítulo III – Da inspeção e assistência dentária  
Capítulo IV – Das atribuições do dentista  
Título IX – Das instituições escolares  
Capítulo I – Dos fins das instituições escolares  
Capítulo II – Do clube de leitura  
Capítulo III – Do auditório  
Capítulo IV – Do pequeno escoteirismo  
Capítulo V – Das caixas escolares  
Parte IV – Do ensino nos estabelecimentos particulares  
Capítulo Único – Do ensino primário particular  
Parte V – Do código disciplinar  
Título I – Das faltas disciplinares e sua incorreção  
Capítulo I – Das penas aplicadas aos alunos  
Capítulo II – Das penas aplicadas aos professores e funcionários do ensino  
Título II – Do detalhamento  
Capítulo I – Da competência  
Capítulo II – Do processo administrativo  
Capítulo III – Do recurso

Essa estrutura nos oferece uma idéia da racionalidade institucionalizada, tanto do ponto de vista dos conteúdos dos programas, definição e uso do tempo, quanto dos comportamentos a serem adotados. É possível perceber o propósito de se instituir ritmos e rotinas para todos os sujeitos da educação.

## **Pressuposto da Modernização**

Desde meados do século XIX o debate acerca dos conteúdos, método de ensino e organização pedagógica a serem adotados na escola primária estava posto. Segundo Souza (2000, p.11), “difundiu-se a crença no poder da escola como fator de progresso, modernização e mudança social. A idéia de uma escola nova para a formação do homem novo articulou-se com as exigências do desenvolvimento industrial e o processo de urbanização”.

Em outros termos, o pressuposto da modernização se tornara unânime nos

debates pedagógicos e nas políticas adotadas. Desse modo, os seguintes temas se tornaram objeto de reflexão:

[...] métodos de ensino, a ampliação dos programas com a inclusão de novas disciplinas, livros e manuais didáticos, a classificação dos alunos, a distribuição dos conteúdos e do emprego do tempo, o mobiliário, materiais escolares, certificados de estudos, a arquitetura, a formação de professores, a disciplina escolar (SOUZA, 2000, p.11).

Souza destaca, também, certa homogeneidade nos currículos das escolas primárias no Brasil e nos países que desenvolveram os sistemas nacionais de ensino. Além disso, encaminhou-se um processo de desqualificação do antigo modelo de organização escolar por meio do questionamento dos programas e do ensino verbalista com forte apelo à memorização.

Assim, o método intuitivo ou coisas adquiriu destacado papel, com base nas idéias de Pestalozzi e Froebel. Segundo essa abordagem o ensino deveria partir do particular para o geral, do concreto para o abstrato, pressupondo que a aquisição de conhecimentos advinha dos sentidos e da observação.

Dentre as estratégias utilizadas pela administração pública com a finalidade de difundir o ideário reformista modernizador merece destaque especial a criação de um caderno no Correio Oficial de Goyaz, identificado como Seção Pedagógica. Neste espaço se publicizava os eventos e ações inerentes à implantação do currículo escolar. O editorial de abertura do primeiro número apresenta os fins pretendidos. Nas palavras do editor:

#### **FINS VISADOS**

Encarregou-nos o exmo. sr. dr. Secretario do Interior de redigir, sob sua esclarecida direção, neste canto do “Correio Oficial”, uma secção pedagógica. Muito louvável, como se vê, o seu intuito. Provocar debates educacionais no seio do culto e operoso professorado goyano, em que se ventilem, com o concurso indispensável dos competentes, questões que possam illuminar o campo de acção dos operários do ensino, fixar à luz de irrefutáveis argumentos psychopedagógicos normas seguras de conducta aos labutadores infatigáveis do magistério, suggerir duvidas que exijam estudos especializados da criança e determinem pesquisas fecundas, de que resultaram por certo praticas eficazes na escola, eis, em pinceladas ligeiras, o nosso programma.

Não se trata, é claro, de um trabalho estéril, sem immediata applicação, com fins literários e, por isso mesmo inúteis. Trata-se de uma iniciativa feliz, de uma empreza altamente sympathica, capaz de por si só indicar a elevação de vistas, a nobreza d’alma do seu inspirador. Porque o que se quer, o que com ella se pretende não é alimentar a curiosidade dos doutos, não precisados de luzes, nem a divulgação de factos sem importância, destituídos de interesse vital. Não nos empolgam e exaltam honrarias frívolas, que nos ponham em caminho commodo, senão um desejo ardente de contribuir modestamente com esforços, que não pouparemos para que a escola em Goyaz, a escola publica principalmente, entre numa nova phase, numa phase eminentemente educativa, de modo a dar ao educando, socializando-o, noção segura do que seja o mundo enorme em que vive e do modo vantajoso de enfrenta-lo com certeza de êxito. Estamos, caros leitores, em pleno século da criança. Para ella se volvem todas as atenções e em toda parte é ella o centro de todas as transformações norteadoras do ensino.

Já se foram os tempos dos programmas vastíssimos, synthese de todas as descobertas que a sciencia tem conseguido nos séculos idos, e para cujo fiel desempenho todos os esforços do mestre deviam ser empregados. Por outro lado, o alumno já deixou de ser o ouvinte attento, de olhinhos muito abertos a todas occupações do professor tendentes a educa-lo.

Já cahiram por terra também os methodos dogmáticos de ensino, em que o mestre, em prelecções pedantescas, mastigava o bolo mental e dava-o prompto

para ser ingulido pelo educando, na infantil suposição de que, desse modo, se lhe incorporaria facilmente ao patrimônio cultural. Já desapareceu o verbalismo ridículo, como ridículas eram a palmatória de cinco furos, a férula, as orelhas de burro, a taboada cantada e demais velharias, de que também hoje só restam sombrias recordações, felizmente.

Entramos numa nova era: a era da criança. A *psychologia infantil* dá o mestre o necessário para a sondagem da alma do educando, que não é a supposta miniatura do homem, mas um ser diferente do adulto, com constituição própria, quer *physica*, quer *mental*. A *sociologia* indica os fins visados pela educação e a escola transforma-se assim em sociedade pequena, em comunidade reduzida, onde as crianças aprendem a viver, vivendo; a fazer, fazendo; a cantar, cantando – como muito acertadamente desejava Juan Comenio.

E a pedagogia, essa “reflexão applicada, tão methodicamente quanto possível, às coisas da educação, a fim de regular o seu desenvolvimento”, trabalha por adaptar os meios *psychologicos* aos fins *sociaes* visados, *appellando* para a *didactica*, um dos seus ramos, a que dictará os princípios directores do ensino e a sua applicação immediata na escola.

Por toda parte ensaiam-se novos *methodos* de ensino, descobrem-se processos mais de accordo com a natureza *psycho-physica* do ser a educar-se.

A lei *bio-genetica* força o nascimento promissor da *escola activa*, em que a criança se educa de *dentro para fora*, pelo próprio esforço, com um bem provocado despertar das suas forças latentes, à espera de occasião propicia para o completo desenvolvimento. Decroly, Ferriere e Claparede, luzeiros máximos desta nova cruzada educacional, estudando melhor a alma da criança e *fazendo-a agir* por si mesma, valem-se do tão apregoado “*Nihil est in intellectu quod non prius fuerit in sensu*” de Locke – base da intuição, do ensino pelo aspecto – e proclamam em feliz *accrescimo* a essa não sufficiente máxima do fundador da escola sensualista, a *actividade pessoal do educando como a base de todo o trabalho educacional*.

Não basta ver, ouvir tactear os objetos sensíveis para aprender-se e principalmente para educar-se. A intuição tão somente, o *methodo objectivo* por si só não pode ser o centro do trabalho escolar.

E’ preciso a criança agir. A acção do educando é o fulcro onde se estriba a escola activa. A actividade - é *aphorismo sabido* - é uma lei da *meninice*.

Façamo-la agir, despertemos-lhe movimentos corporaes e espirituaes, estes principalmente, e abandonemos de vez os processos *apassivantes*, que a obrigam a escutar, a só escutar e dizer, a só ouvir e repetir, embora haja a intuição que *até aqui tem servido de base* do trabalho da escola tradicional.

Estamos num verdadeiro período de transição.

Se é verdade que, no Brasil, são mui raras as escolas activas inspiradas nas descobertas e no *methodo* Decroly, se “escolas para a vida, pela vida”, como quer o eminente educador belga, poucas temos, não é menos verdade que, nos Estados onde mais desenvolvida se acha a educação, o ensino já se tem valido das *innovações* estupendas surgidas nos últimos tempos.

Ninguém ignora que a escola activa, tal como a deseja Decroly, não pode ser presentemente introduzida no Brasil.

Razões varias vêm comprova-lo e entre ellas estão a falta de recursos financeiros para installações *dispendiosissimas* e a ausência de professorado capaz de por em pratica as ideas do *illustrado medico*. Quanto à primeira, tornam desnecessários *commentários* extensos. S. Paulo, que muito pode e muito tem feito pela educação popular, muito pouco tem podido fazer até agora por introduzir em seu meio a verdadeira escola activa, a não serem as poucas escolas de experimentação na capital, entre as quais figuram – convem destaca-lo – as particulares do Lyceu Rio Branco, sob a orientação do notável educador patricio Lourenço Filho. Quanto a segunda razão, não é nosso intuito – é bom friza-lo – diminuir, o que aliás seria impossível, o incontestável valor dos nossos collegas brasileiros, verdadeiros pioneiros do nosso progresso, nos tempos republicanos principalmente. Mas a verdade crua e nua, infelizmente é que estamos longe de conhecer os trabalhos do Dr. Decroly, as ideas da

“escola sob medida” de Claparede, o que John Dewey tem alcançado na América do Norte – ideias, factos e realizações que revolucionaram a sociedade actual e a escola que a reflete. Sendo assim, e mais porque “ hábitos só se matam com hábitos”, em cuja formação muito tem a didáctica por fazer, como se vê, o que faz crer que por muito tempo tenhamos ainda de lutar como marcar passo na rotina, é inútil querermos pregar, para resultados immediatos, uma orientação que não pode por razões varias e principalmente pelas apontadas, alcançar pleno, decidido e rápido êxito. Contentemos, pois com preparar o terreno para futuros triumphos e, nessa *transição* da escola clássica para a activa, aproveitemos o que a experiência passada nos legou de bom e tentemos aos poucos introduzir no nosso trabalho as innovações esplendidas da “escola para a vida, pela vida”.

Regimen antigo provisoriamente com métodos activos. A intuição como auxiliar poderosíssimo e a acção do educando como base. Perceber as realidades com os sentidos e agir sempre, agir muito, *numa acção estribada nos interesses próprios a cada idade do ser a educar-se.*

Eis o de que muito ainda precisam as escolas brasileiras para que, em tempos vindouros, figure em todas ellas o busto varonil e suggestivo do sábio medico belga, como guia digno de obediência dos futuros professores, defensores convencidos então das ideias excellentes da escola renovada, adaptada, é claro, ao nosso meio.

Caminhemos, pois, para a escola activa, collegas do magisterio goyano. Façamos da nossa escola, emperrada ainda nos métodos somnolentos de outr’ora, com crianças intelligentes a quem se impõe disciplina, senão ferrea e criminosa, passiva e mechanizada ao menos, um ambiente alegre e constructor, em que a iniciativa pessoal do educando seja despertada por jogos educativos interessantes, em que a necessária autoridade do mestre – autoridade resultante da grandeza do seu mister – não force a criança a attitudes contrarias ao seu natural desenvolvimento. Deixemos livres esses lyriozinhos de alvura sem jaça, para que, nesse ambiente de liberdade fecunda, onde, ao envez de fazerem o que querem, farão com alegria somente o *que devem*, preparemos para a vida futura cidadãos livres, que se bastem a si mesmos, dignos por isso mesmo da pátria privilegiada em que tiveram a felicidade de nascer.

Damos por assim cumprida a tarefa honrosa de convidar para collaborarem nesta secção bi-mensal, todos quantos, professores ou leigos, queiram trabalhar desinteressadamente pela educação em Goyaz. Ahi fica o nosso trabalho, primeiro e insignificante, mas sincero e dictado pelo amor da infância. Possa elle attrahir para a escola goyana, que hoje entra numa nova phase, a attenção e a sympathia dos leitores pacientes e benévolo, e daremos por bem pago o nosso esforço. *Jose Cardoso* - Goyaz em 6/5/1930 (SECCAO PEDAGOGICA - GOYAZ 6 DE MAIO DE 1930 – nº 1)

Nesta longa e interessante exposição, o professor/editor apresenta-nos diversos aspectos que integram o tratado pedagógico que se quer materializado no currículo escolar: escola activa, construção científica dos programas e reconstrução da sociedade. Além disso, mudanças estruturais pretendidas em termos de organização escolar, de formação docente, acompanhadas de transformações das práticas pedagógicas daqueles que aderissem à proposta.

Noutro artigo publicado na Seção Pedagógica do Correio Official de Goyaz em 1930, sob o título de *Os Programmas de Ensino*, o Inspector Geral do Ensino em São Paulo, João Toledo, assim descreve a função dos programas de ensino:

[...]

Os programmas são instrumento de coordenação; indicam direcções precisas ao esforço de cada idade e organizam coisas e factos em series homogêneas de complexidade crescente, que as crianças percorrem com o fim de realizar, na medida do possível, as mesmas experiências que os mestres já realizaram. Deste modo seleccionam elles os objectos de aprendizagem para cada etapa escolar, e sobre taes objectos focalizam todas as actividades em jogo.

Tudo nos ensina, entanto, que os programmas têm de sujeitar-se às condições

mentaes dos alumnos, às condições do meio physico em que devem ser desenvolvidos e a duração do curso, e não podem, por isso, cingir-se a qualquer plano ideal preconcebido. (SECCAO PEDAGOGICA - GOYAZ 6 DE MAIO DE 1930 – n.º 1).

A defesa da racionalização dos rituais, rotinas e etapas sequenciadas fica evidente quando identifica a existência de fenômenos como ausência de rumo, lentidão, ações desconexas e fragmentadas. A solução deveria ser uma nova organização dos programas curriculares, no sentido de ordenar o caos de idéias, conceitos e conhecimentos. O programa de ensino seria, pois, o meio pelo qual se ordenaria os conteúdos e métodos organizando-os de forma precisa, bem selecionada de acordo com diferentes etapas do aprendizado.

Outro elemento importante nesse processo de constituição da escola moderna foi a ampliação dos programas no sentido de atender ao princípio da educação integral (SOUZA, 2000), que deveria ser física, moral e intelectual.

Em síntese, a educação primária sob o modelo de ensino simultâneo nas escolas graduadas, a edificação de prédios escolares com mobiliários próprios, a ampliação do rol de disciplinas são elementos que compuseram a nova racionalidade organizativa do trabalho escolar, portanto, constituinte do ideário reformista.

## **Pressuposto da Renovação**

A década de 1920 é considerada como marco original do movimento de renovação educacional, sendo as reformas estaduais seu principal objeto. A década seguinte trouxe, no entanto, a mobilização dos educadores, os Pioneiros da Educação Nova, que se organizaram na Associação Brasileira de Educação (ABE).

Com a fundação da ABE, em 1924, entrava em pauta no debate nacional o questionamento do tradicionalismo pedagógico e a proposição de um novo modelo para a educação. Os defensores do escolanovismo se notabilizaram pela produção do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, bem como editaram um conjunto de obras para divulgar as orientações doutrinárias no campo da chamada pedagogia moderna. Na verdade, pela reforma da escola se propunha reformar a sociedade.

Sob a influência desse princípio, à escola primária o Regulamento de 1930 atribuía as seguintes finalidades.

Art. 59 – O ensino primário tem por fim não somente a instrução, mas antes e, sobretudo, a educação, compreendendo-se como tal toda obra destinada a auxiliar o desenvolvimento physico, mental e moral das crianças, para o que deverá ser considerada a infância não do ponto de vista do adulto, mas do ponto de vista dos motivos e interesses próprios della.

§ Único. A escola primaria tem o seu fim em si mesma, não visando, preparar as crianças para graus superiores do ensino, mas ministrar-lhes conhecimentos que possam ser utilizados nas suas experiências infantis, tendo por princípios que só as noções susceptíveis de serem utilizadas nas operações ordinárias da vida se incorporam, effectivamente, como hábitos mentaes, aos seus conhecimentos.

Art. 60 - A uniformidade no ensino primário não significa o nivelamento das individualidades, devendo o professor procurar conciliar as exigências da instrução collectiva com os interesses e as particularidades próprias a cada criança.

Art. 61 – A escola não se destina apenas a ministrar noções, mas é também uma forma de vida em commum, cabendo-lhe preparar a criança para viver na sociedade a que pertence e a compreender a sua participação na mesma, para o que é indispensável introduzam-se na escola os usos e processos da vida em comum, transformando a de *classe sem sociabilidade* em uma sociedade em

miniatura.

§ Único. Para este fim os processos de ensino devem ser o mais possível socializados, estabelecendo-se entre o professor e os alumnos e entre estes, uns com os outros, uma verdadeira cooperação no estudo, nas lições e nas experiências, de maneira a manter sempre activo o espírito da classe e a despertar nos alumnos o estímulo que resulta do sentimento de sua colaboração no desenvolvimento das lições.

Por fim, no intuito de garantir uma nova orientação, também “ao Jardim da Infância, a reforma propunha o seguinte programa.

a) exercícios de linguagem, recitativos e monólogos; b) dous froebelianos; c) contagem de bolas e conhecimento dos números no mappa; d) cores primarias e secundarias; e) confecção de modelos simples de mosaicos e architectura; f) desenhos de pauzinhos, lentilhas, piões, tabuinhas com applicações diversas, desenho de imaginação; g) exercícios representativos de figuras geométricas com gomigrapho, exercício de graça; h) cantos breves e pequenos hymnos, movimentados e accessíveis à comprehensão infantil; i) exercícios phisicos com os dedos, mãos, braços, pernas e cabeça; j) marchas, saltos, rondas, corridas e jogos imitativos do cultivador e do operario, acompanhados sempre de cantos; k) regras de etiqueta e conversações sobre o respeito devido aos paes, aos mais velhos, aos iguaes e aos criados; l) noções rudimentares sobre a família, a sociedade e as autoridades constituídas, m) jardinagem; n) jogos sensoriaes, visuaes motores; motores; auditivos motores; e, finalmente, os chamados especiaes; o) trabalhos com palhinhas, continhas, dobraduras, cortes e recortes em papel, tecelagem, elinhavos, anneis, veretas, perfurações em trabalhos de serrinha.

Além disso, conforme sinaliza Souza (2008, p. 80), sob a perspectiva escolanovista estimulou-se a criação de instituições intra-escolares como: “biblioteca infantil, cinema educativo, cooperativa, jornal infantil, banco escolar, horta, clube agrícola, orfeão, associação de pais e mestres, caixa escolar, assistência dentária, entre outras”.

Dessas propostas o Regulamento de 1930 traz no Título VIII – Dos cuidados relativos à saúde, Capítulo I, a questão da higiene escolar e assistência médica e dentária. O Clube de Leitura aparece no Capítulo II do Título IX – Das instituições escolares e em seqüência o Capítulo IV – Do pequeno escoteirismo e Capítulo V – Dos Caixas Escolares.

O fortalecimento do aparato burocrático representado pela nomeação de inspetores escolares e diretores regionais confirma a maior racionalidade administrativa e pedagógica que se quis instaurar com novo regulamento do ensino primário.

Também o detalhamento das ações pedagógicas, inclusive com o fracionamento das turmas em turnos distintos, não apenas nos grupos escolares, como também nas escolas isoladas, são sintomáticos da racionalização e do reordenamento do tempo escolar. Medidas como registro de matrícula, chamada diária e registro das atividades no diário de classe confirmam o caráter metódico e complexo que assume o trabalho docente em sala de aula.

Em suma, a sintonia com os processos de renovação da escola em curso em outros países e estados brasileiros se fazem presente na insistente indicação de autores e obras. O despertar do espírito científico, além da exortação aos professores para abandonarem definitivamente métodos e práticas consideradas ultrapassadas e sem utilidade para a aprendizagem dos alunos orienta a tônica dos discursos. Nota-se que o foco está no aluno e no processo modernizante ao qual o aluno seria submetido através da educação escolarizada.



## Considerações Finais

Pode-se dizer que os programas de ensino, as orientações prescritas e os horários escolares instituídos nos regulamentos para o ensino primário em Goiás, indicam o estabelecimento de uma dada racionalidade, que buscava configurar uma nova realidade, a qual o aluno era submetido e que trazia implicações profundas no modo de ver, sentir e ser.

O professor se constitui em figura central na implementação das mudanças. Os parágrafos seguintes ilustram, sobremaneira, algumas posturas a serem assumidas, quais sejam:

Art. 131 – O professor lecionará, de pé, em movimento pela sala, despertando a atenção dos alunos.

Art. 132 – Nos grupos escolares, os professores, designados pelos directores, revezar-se-ão na vigilância dos alunos, em hora de recreio, corrigindo as faltas que estes cometerem e os vícios de educação.

Art. 133 – Na primeira semana lectiva, os professores darão aos alunos explicações sobre a escola, classe a que pertencem, regras de vida em commum e demais assumptos referentes aa vida escolar.

Art. 134 – Em caso de visitas officiaes ou particulares, os trabalhos escolares não se interromperão, competindo, nos grupos, aos directores, e nas escolas isoladas, aos professores, recebe-las e prestar-lhes a devida atenção.

Art. 135 – O professor lançará, no fim de cada mez, no livro de *ponto diário*, as notas de aproveitamento e procedimento de cada alumno.

[...]

Art. 137 – Nos grupos escolares, o objecto das licções será lançado, de véspera, no diário de classe, pelos títulos de cada matéria, não podendo soffrer modificação ou alteração, depois do visto dos respectivos directores.

Art. 138 – Os professores são obrigados a preparar as suas licções, de maneira a tornar o ensino sempre attraente e ao alcance da intelligencia dos alumnos. Os cadernos destinados à preparação das licções devem sempre estar à disposição dos directores e inspectores regionaes de ensino.

§ Único – Findo o anno lectivo, os cadernos a que se refere este artigo serão remetidos à Secretaria do Interior e Justiça, que os submeterá à critica o conselho superior do ensino.

No que tange a ampliação da grade curricular é importante destacar o que diz Souza (2000, p. 25):

Esse currículo representou uma profunda transformação na cultura escolar, isto é, a substituição de uma escola fundamentada no ensino da leitura, da escrita, do cálculo e da doutrina cristã, por uma escola pautada na educação do corpo, na ciência, nos valores morais e cívicos e nos saberes instrumentais para o trabalho.

Em suma, o currículo funciona como elemento de conformação da percepção, ordenando o modo de ver o mundo. Desse modo, a luta pela definição de quais conteúdos eram disponibilizados na escola primária foi central, não esquecendo que toda seleção é arbitrária e que não há uma relação direta entre o que se define no currículo escrito e sua realização na sala de aula.

## Referências

CARVALHO, M. M.C. de. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ESTADO DE GOYAZ. **Decreto nº 10.640, de 13 de fevereiro de 1930.** Regulamenta o Ensino Primário do Estado de Goyaz.

ESTADO DE GOYAZ. SECCAO PEDAGOGICA - 6 de maio de 1930 – nº 1 - Volume do **Correio Oficial** 142.

FORQUIN, J.C. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

\_\_\_\_\_ “Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais”. In: **Teoria & Educação.** nº 5, 1992.

GOODSON, I. F. **A construção social do currículo.** Lisboa: EDUCA, 1997.

\_\_\_\_\_ **Currículo: teoria e História.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SOUZA, R. F. de. Tempos de Infância, Tempos de Escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista 1892-1933. **Educação e Pesquisa.** São Paulo, vol 25, nº 2, jul/dez, 1999.

\_\_\_\_\_ Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. **Cadernos Cedes.** Ano XX, nº 51, nov. 2000.

\_\_\_\_\_ **História da Organização do Trabalho Escolar e do Currículo no Século XX: (ensino primário e secundário no Brasil).** São Paulo: Cortez, 2008.

VALDEMARIN, V. T. **Estudando as Lições de Coisas.** Campinas-SP: Autores Associados, 2004.

\_\_\_\_\_ e CAMPOS, D. G. dos S. Concepções pedagógicas e método de ensino: O manual didático na Escola Primária. **Paidéia.** 2007, p. 346-356.